

Esquerda questiona poderes

A eventual adoção do parlamentarismo no Brasil deverá resolver outra questão levantada nos últimos dias por parlamentares de esquerda, inconformados com a manutenção do voto presidencial ao projeto de lei salarial: a redução do poder do Senado ou até a extinção dessa Casa que, nos termos da Constituição, tem a função de estabelecer o equilíbrio federativo, mediante a representação par de três senadores por Estado, e de funcionar como "casa revisora".

O principal argumento que os adeptos da contenção ou eliminação do Senado apresentam é o de que os senadores têm maior resistência aos avanços sociais e se mostram mais insensíveis às pressões populares, o que se explicaria, em parte, pelo fato de eles terem um mandato de oito anos, — o dobro do mandato atribuído aos deputados. Este ano, por exemplo, apenas um terço das 75 cadeiras no Senado está sendo renovado, o que deixa os demais, que não são candidatos — sobretudo a parcela conservadora — menos preocupados ou até indiferentes às pressões da cidadania.

E claro que a maioria dos senadores tem outra visão e outra justificativa para o comportamento conservador da Casa. O que seria feito — o mandato longo e a maior imunidade às pressões — eles encaram como a virtude do Senado, ou seja, a capacidade de decidir com maior isenção e de forma menos pragmática e vulnerável.

Com palavras diferentes, isso foi dito ao JBr pelo presidente da Cása, Nelson Carneiro, pelo líder do PMDB, Ronan Tito, e pelo senador pedessista Jarbas Passarinho, cogitado para assumir a Liderança do Governo. Nelson Carneiro afirmou que, enquanto persistir o sistema presidencialista, não há porque se cogitar de mudanças na estrutura de funcionamento do Senado, mas concorda que sob o parlamentarismo — sistema que ele defende — a alteração será inevitável.

Sem levar a sério a proposta de

extinção da Casa que preside, Nelson Carneiro reagiu, porém, à proposta que muitos deputados sustentam, pela qual nas votações do Congresso os votos do Senado e da Câmara seriam contados conjuntamente e não separadamente; como ocorre hoje. Isso, a seu ver, equivaleria a "anular" o Senado.

"É verdade que nos países parlamentaristas o Senado tem papéis diferentes do Senado brasileiro (com menor capacidade legiferante), mas, antes que o sistema seja adotado aqui, nenhuma mudança será feita.

Ronan Tito apelou para a ironia, ao minimizar a hipótese de extinção do Senado: "Isso não acontecerá nunca por uma razão muito simples: o sonho de todo deputado é ser senador". O líder peemedebista também não concorda com a soma dos votos dos deputados e senadores, afirmando que "não adianta querer inventar a roda, com propostas dessa natureza".

Na realidade, a soma dos votos dos congressistas não é nenhum absurdo, como sugere o líder do PMDB. Era assim que os votos de deputados e senadores eram colhidos antes de 1964. A votação separada foi instituída pelos governos militares exatamente para manter o controle do Congresso, através do senado, conforme testemunha Ulysses Guimarães:

O presidente do PMDB concorda que o atual processo compromete a autonomia da Câmara, mas sugere que as alterações devem ficar para 1993, com a adoção do parlamentarismo e a definição de um novo papel para o Senado.

O poder extraordinário do Senado pode ser bem exemplificado com a votação de quarta. Se os 265 votos dos deputados contrários ao voto tivessem se somado aos 34 votos dos senadores, a derrubada teria ocorrido pela larga margem de 64% a 32%. Com a contagem separada, voto foi mantido só porque os votos contrários não totalizaram a maioria dos senadores. (M.S.)